



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Trabalho profissional.

## O SERVIÇO SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL: APROXIMAÇÕES COM A CONJUNTURA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO PROFISSIONAL

Ana Lucia Suarez Maciel<sup>1</sup>

Karen Lígia Leão<sup>2</sup>

Charlise Gonçalves Santiago<sup>3</sup>

Jucineide Teresinha da Silva Ferreira<sup>4</sup>

Caroline Lafuente da Silva<sup>5</sup>

**Resumo:** O artigo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa que objetiva analisar os impactos da conjuntura brasileira na formação e no trabalho dos assistentes sociais no Rio Grande do Sul. Parte-se do pressuposto de que os determinantes conjunturais postos à formação, em face das políticas e da conformação atual de educação superior, vêm debatendo na conformação das Unidades de Formação de Assistentes Sociais, bem como no exercício profissional. Este último fortemente marcado pela crise conjuntural que vive a sociedade brasileira e que impacta, diretamente, no trabalho na área.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Trabalho; Formação; Rio Grande do Sul.

**Abstract:** The article presents preliminary results of a research that aims to analyze the impacts of the Brazilian conjuncture in the training and work of social workers in Rio Grande do Sul. It is assumed that the conjunctural determinants put to training, in face of education policies superior, has been rebating in the formation of the Training Units of Social Workers, as well as in the professional exercise. This last one strongly marked by the conjunctural crisis that lives the Brazilian society and that impacts, directly, in the work in the area.

**Keywords:** Social Work; Job; Formation; Rio Grande do Sul.

### 1. INTRODUÇÃO

Vivenciamos, desde o início desta década, uma conjuntura de crise que, progressivamente, vem repercutindo em todas as esferas da vida. Neste artigo, nosso interesse reside em apreendê-la na particularidade da formação e do trabalho dos assistentes sociais, tendo em vista que um conjunto de elementos

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: <alsmaciel@gmail.com>

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>4</sup> Estudante de Graduação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>5</sup> Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

vem causando alterações significativas nas Unidades de Formação dos Assistentes Sociais (UFAS) e nas condições de trabalho em geral dos profissionais. Tais elementos se referem aos impactos da política de educação superior vigente, dos modelos de gestão universitária das UFAS e da ampliação da presença de empresas que passam a explorar esse mercado e que sinalizam, na particularidade gaúcha, para: a persistente invisibilidade de dados referentes à formação na modalidade à distância na área, mas que, dada a sua expansão, já impactam nos demais cursos (especialmente na progressiva redução dos cursos privados e presenciais, bem como na extinção de alguns cursos) e, no âmbito do trabalho profissional, no incremento do contingente de profissionais que, segundo dados do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) da 10ª Região já supera os 11 mil inscritos.

A necessidade de apreender esse cenário para definir a direção e a construção de estratégias capazes de garantir a qualidade da formação e a direção crítica do Projeto Profissional justificou a realização de uma pesquisa qualitativa sobre a Formação e o Trabalho dos Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul (RS), cujo início se deu em 2017. A mesma se vincula a um conjunto de iniciativas de um Grupo de Pesquisa que tem as Políticas de Educação Superior e a Formação na área como objeto de estudo, estando, ainda, localizado num dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social do RS.

A referida pesquisa optou pelos seguintes procedimentos de coleta de dados: 1) Mapeamento de dados quantitativos e qualitativos referentes às UFAS e à formação no RS; 2) Revisão do estado da arte sobre a produção de conhecimento acerca do Serviço Social no RS; 3) Mapeamento da oferta de vagas para os profissionais no mercado de trabalho do RS. O tratamento e a análise dos dados vêm sendo feito através da técnica de análise de conteúdo (PAGÉS, 1990).

O artigo está estruturado nesta introdução; num item que aborda uma breve contextualização da conjuntura gaúcha; dois itens que sistematizam e problematizam os dados obtidos na referida pesquisa, com relação à Formação

e ao Trabalho do Serviço Social no RS; as conclusões e referências que subsidiariam a elaboração do mesmo.

## **2. A CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO**

Na atualidade, o RS possui 11.286.500 habitantes e 497 municípios. É um estado tipicamente exportador e amplamente dependente do agronegócio, logo, eventos climáticos que causam quebras de safras, assim como condições desfavoráveis do mercado externo e do câmbio, possuem efeitos negativos sobre a atividade econômica na medida em que causam redução de ganhos de receitas em duas importantes atividades do mesmo. No ano de 2000, o seu Produto Interno Bruto (PIB) representava 7% da economia nacional, mas em 2016, este percentual ficou em 6,6%. Isto significa que o estado está crescendo menos que o país e, também, perdendo participação no cálculo do PIB nacional. No caso da indústria, os primeiros três meses de 2017 completaram doze trimestres de contração da produção do setor. A intensidade e a disseminação das perdas entre os segmentos industriais gaúchos sinalizam que o ciclo recessivo que se iniciou em 2014 é o pior da história recente do setor. No acumulado dos últimos três anos, a produção industrial gaúcha recuou 17,8%, ao passo que as economias brasileira e gaúcha retraíram 6,8% e 6,6%, respectivamente (LAZZARI, 2018:1).

A dificuldade do RS em acompanhar o ritmo de crescimento do país pode se decorrer de algumas particularidades do mesmo: a dependência do campo e dos fatores climáticos, bem como a frágil situação fiscal que o mesmo atravessa há anos. Além disto, a recessão econômica que assola todo o país incide nestes indicadores.

Com relação ao emprego, a última pesquisa feita no estado, mostrou que a taxa de desemprego total apresentou relativa estabilidade, entre fevereiro e março de 2018, passando de 11,7% para 11,8% da População Economicamente Ativa (PEA), dado que acompanha a realidade nacional, e que se materializa em

219 mil pessoas desempregadas (FEE, 2018). No entanto, dada à atividade econômica do estado, há que se ressaltar o agravante da redução da safra agrícola que geralmente produz efeitos diretos e indiretos sobre as vendas do comércio em todo o Estado.

No que se refere à gestão estatal, o RS está sob governo estadual de José Ivo Sartori, eleito em 2015, marcando o retorno do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) ao executivo estadual depois de oito anos. Nestes anos de gestão, a “promessa” feita, durante a campanha eleitoral, se concretizou, tendo em vista que medidas duras foram tomadas para tentar resolver a situação financeira do estado. É importante referir que o RS é um dos estados mais endividados do país e que possuía, no início do atual governo, uma dívida de R\$ 50 bilhões com o governo federal.

Contando com base de apoio na Assembleia Legislativa, várias medidas foram tomadas de lá para cá, com destaque para: corte nas despesas da máquina pública e suspensão temporária do pagamento de dívidas contraídas na gestão de seu antecessor; parcelamento e/ou atrasos nos vencimentos do funcionalismo público; a adoção da previdência complementar para os futuros servidores foi aprovada, removendo o direito à aposentadoria integral; extinção de seis Fundações estaduais; tentativas (ainda frustradas) de venda de três estatais gaúchas das áreas da energia elétrica, gás e mineração.

Todas estas ações se encontram alinhadas com as propostas desse partido no âmbito nacional, tendo em vista que no documento intitulado “Brasil: uma ponte para o futuro” (PMDB, 2015) se encontra o posicionamento político e ideológico de governos que se vinculam ao mesmo.

“No Brasil de hoje a crise fiscal, traduzida em déficits elevados, e a tendência do endividamento do Estado, tornou-se o mais importante obstáculo para a retomada do crescimento econômico. O desequilíbrio fiscal significa ao mesmo tempo: aumento da inflação, juros muito altos, incerteza sobre a evolução da economia, impostos elevados, pressão cambial e retração do investimento privado. Tudo isto somado significa estagnação ou retração econômica. Sem um ajuste de caráter permanente que sinalize um equilíbrio duradouro das contas públicas, a economia não vai retomar seu crescimento e a crise deve se agravar ainda mais” (PMDB, 2015: 5).

Logo, se compreende as medidas que vem sendo tomadas no estado na direção do referido ajuste que vem impondo cortes no orçamento público que,

por sua vez, impactam, diretamente, na vida dos cidadãos e nas políticas públicas, especialmente, as sociais. Sobre elas, o documento citado acima também é claro ao indicar na intitulada agenda para o desenvolvimento que a mesma deve: “estabelecer uma agenda de transparência e de avaliação de políticas públicas, que permita a identificação dos beneficiários, e a análise dos impactos dos programas. O Brasil gasta muito com políticas públicas com resultados piores do que a maioria dos países relevantes” (PMDB, 2015: 19).

Apenas para exemplificar esta realidade no RS, elegemos a política de assistência social tem status de Departamento, sendo um órgão da Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS) responsável pela coordenação da política em âmbito estadual. A gestão dessa Secretaria, assim como o Gabinete de Políticas Sociais do RS, está a cargo da primeira dama, o que traduz um movimento nacional de retorno da presença desta figura na gestão pública. Alia-se a esta realidade, a redução do orçamento público para as políticas sociais que se ilustra, a partir do movimento empreendido pela Frente Gaúcha em Defesa do Sistema Único de Assistência Social, lançada em 2016, se constituindo, à semelhança da Frente Nacional, por entidades, organizações, coletivos, fóruns de trabalhadores/as, conselhos de profissões regulamentadas, conselhos de defesa de direitos e de políticas públicas e militantes do SUAS em geral. Em uma das audiências públicas realizadas, se destacou a necessidade de:

“Nomeação de Assesores/as Técnicos/as e demais profissionais do SUAS no Estado; Regularização dos repasses de co-financiamento aos Municípios; Aumento do percentual de repasse no co-financiamento; Falta de comando único na gestão da Política de Assistência Social e Primeiro-damismo” ([http://www.cressrs.org.br/arquivos/n\\_noticias/Audi%C3%Aancia%20P%C3%ABlica%20Frente%20SUAS%2020.11.pdf](http://www.cressrs.org.br/arquivos/n_noticias/Audi%C3%Aancia%20P%C3%ABlica%20Frente%20SUAS%2020.11.pdf)).

Igualmente se destaca o protagonismo do CRESS desta região que, a partir das suas Comissões e gestão, vem empreendendo esforços para publicizar, à sociedade gaúcha e aos profissionais, a adversa conjuntura gaúcha e nacional. Citamos, nesta direção, os desdobramentos do 12º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais (EGAS), realizado em maio de 2018, quando mais de 800 profissionais produziram nove moções e uma carta final em que ressaltam o compromisso da categoria com a defesa de um projeto societário emancipador

e do combate à sociedade classista, racista e heteropatriarcal ([http://www.cressrs.org.br/arquivos/n\\_noticias/cartas-12-egas-2018.pdf](http://www.cressrs.org.br/arquivos/n_noticias/cartas-12-egas-2018.pdf)).

Com base nestes breves dados, é possível afirmar que a conjuntura gaúcha vivencia uma realidade semelhante à brasileira, ou seja, de cortes nos investimentos públicos em políticas sociais, ajuste fiscal, primeiro damismo, entre as outras destacadas neste item. Logo, se torna fundamental apreendê-la para compreender o lócus aonde vem se conformando a formação e o trabalho dos assistentes sociais.

### **3. O ENSINO SUPERIOR E A FORMAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO RIO GRANDE DO SUL**

A gênese do Serviço Social gaúcho, de acordo com a revisão bibliográfica que vem sendo empreendida na pesquisa mencionada na introdução deste artigo, ocorreu na década de 1940, fruto da conjuntura local e marcada pela realização das Semanas de Ação Social que lançaram a proposta de implantação do curso. BULLA (2008) refere que a V Semana de Ação Social é considerada um marco histórico, com papel importante na ideia e fundação da Escola de Serviço Social de Porto Alegre. Nas conclusões feitas durante o evento na cidade, a ideia era fundar o curso idêntico ao Instituto Social do Rio de Janeiro. Uma comissão composta por vários líderes gaúchos católicos e militantes participaram de estudos e várias atividades, entre elas a visita às obras sociais.

Durante o evento, foram debatidos os “problemas sociais” daquele momento, entre outras temáticas como a solidariedade e a justiça. Também foram tratados os assuntos ligados às instituições sociais mantidas pelas organizações católicas, como a participação da sociedade em campanhas de angariação de fundos para essas instituições e a necessidade de organização e de racionalização da assistência (BULLA, 2008). Foram debatidas, também, as propostas de trabalho desenvolvidas junto às instituições assistenciais realizadas pelos assistentes sociais, formados pelas Escolas de Serviço Social de São Paulo e Rio de Janeiro. VILLAR (2015) descreve uma característica

importante que diferencia a escola de serviço social aqui do estado de outras do Brasil.

Diferentemente das outras escolas de Serviço Social brasileiras, que eram dirigidas por mulheres, aqui no estado a criação da primeira escola foi de responsabilidade de um grupo de homens, líderes católicos, que possuíam sólida formação social e intelectual, os quais foram responsáveis também pela direção da mesma, por um determinado tempo. No início a escola era regida por estatuto próprio e escolhia seus diretores, o que divergia dos outros cursos de faculdade católica (VILLAR, 2015, p. 115).

A partir daí, começaram os processos burocráticos para fundar a escola, tomando conhecimentos dos materiais existentes como os Estatutos e Regulamentos da Escola de Serviço Social de São Paulo e o artigo de Aylda Pereira<sup>6</sup> sobre Aspectos do Serviço Social do Rio de Janeiro (JOÃO e CLEMENTE, 2002), o qual serviu de fundamentação para o modelo da escola de Serviço Social. Em 25 de março de 1945, fundou-se a Escola de Serviço Social de Porto Alegre - ESSPOA. O primeiro processo seletivo da ESSPOA teve aproximadamente 100 inscritos, dos quais foram selecionados onze homens e quarenta e duas mulheres, num total de cinquenta e dois alunos selecionados (VILLAR, 2015). Posteriormente, a Escola se transformou no atual Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul que é o mais antigo do estado (setenta e oito anos).

A partir desse momento, o Serviço Social gaúcho passou por um processo de institucionalização da profissão, semelhante à realidade nacional, sendo que nas décadas seguintes novos cursos foram sendo criados. No entanto, sublinhamos que o surgimento de novos cursos acompanhou a demanda das UFAS, bem como do mercado de trabalho e, em nada, se compara com o fenômeno que ocorreu no pós-2006, quando a modalidade do ensino à distância passou a ser ofertada na área de forma massiva e, logo, em seguida passou a impactar, inclusive, na sobrevivência dos cursos privados que existiam até este momento.

É importante destacar, ainda, uma particularidade que prevaleceu no estado, até o início do século XXI, quando por sessenta e um anos existiram,

---

<sup>6</sup> Personalidade importante na Semana de Ação Social, com interesse na possibilidade da fundação da Escola de Serviço Social em Porto Alegre.

apenas, cursos em UFAS privadas. A tardia implantação dos cursos públicos foi resultado das políticas fomentadas pelo Estado brasileiro, com destaque para o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Na esteira dessas políticas, foram implantados os primeiros cursos públicos de Serviço Social no RS, quais sejam: 2006 (Fundação Universidade Federal do Pampa em São Borja); 2009 (Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre) e 2010 (Universidade Federal de Santa Maria).

No que se refere ao ensino superior gaúcho, dados obtidos junto ao Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior (<http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>) nos permitiram configurar a realidade do mesmo, sendo que chama atenção o processo de expansão desta modalidade de ensino, a partir da década de 90 do século passado:

“Entre 1991 e 2014, houve crescimento significativo no número de IES localizadas no interior. Essa expansão aconteceu, principalmente, por meio de dois fatores: (a) a instalação de novos *campi* da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), que é a única IES estadual gaúcha, sediada na capital, com unidades espalhadas em mais de 20 municípios do RS, e (b) a abertura de mais quatro IES federais. Foram somadas às já existentes Universidades Federais de Pelotas, de Rio Grande e de Santa Maria, criadas por volta da década de 60, a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), além de três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: o Instituto Federal do Rio Grande do Sul, o Instituto Federal Farroupilha e o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense. No período 1991-2014, o número de IES privadas gaúchas no interior teve dois comportamentos. Na década de 90, houve declínio: de um total de 37 IES privadas em 1991, o número caiu para 31 em 2000. Já no período 2001-14, o comportamento foi bem diferente: eram 34 IES privadas em 2001 e 78 em 2014 (um aumento de 129,4%)” (OLIVEIRA, 2016:02).

Atualmente, o RS possui 120 Instituições de Ensino Superior (IES) e 378 mil alunos matriculados, sendo que a Região Metropolitana de Porto Alegre detém o maior número de matrículas: 174 mil, o que revela uma oferta altamente concentrada na capital (46%). Em 2013, havia 290 mil alunos matriculados nas IES da rede privada (76,5%) e 89 mil alunos na pública (23,5%), totalizando 378 mil matrículas. O ensino superior privado no RS obteve nos últimos 13 anos um crescimento de 48% em relação ao número de matrículas, já o ensino público apresentou um aumento de 106%, o que revela o quão deficitário era (e, ainda,

é), no estado. Neste sentido, os dados do RS acompanham os dados nacionais, tendo em vista que o ensino privado detém o maior número de matrículas no ensino superior.

A porcentagem de evasão anual dos cursos presenciais no estado chegou a 35,1% na rede privada e 19,3% na pública. Nos cursos à distância, o índice de evasão anual chegou a 24,8% na rede privada e 17,1% na pública. Isto demonstra a dificuldade dos estudantes em permanecer e concluir os estudos neste nível de ensino.

Acerca do número de concluintes, as IES presentes no estado foram responsáveis pela conclusão do curso de 55 mil estudantes universitários (44 mil em cursos presenciais e 11 mil em cursos à distância). Considerando que um percentual significativo de estudantes frequenta o ensino privado, no RS se constatou um alto número de estudantes que, via contratos firmados no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), viabiliza seus estudos. No período de janeiro de 2010 a junho de 2015, os contratos ficaram em torno de 103,7 mil, ou seja, mais de 30% dos estudantes gaúchos necessita deste financiamento para garantir as condições para estudar.

Diante desse cenário, impõe-se a necessidade de apreender o ensino e a formação na área do Serviço Social. Em 2018, a fim de atualizar dados do mesmo, foram mapeadas: três UFAS de natureza pública (acima citadas e com ensino presencial) e as demais de natureza privada. Destas últimas, quinze se encontram em atividade, sendo dez na modalidade de ensino presencial (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em Porto Alegre; Centro Universitário Metodista IPA/ Porto Alegre; Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul em Porto Alegre; Universidade do Vale dos Sinos em São Leopoldo; Universidade Luterana do Brasil em Canoas; Universidade de Caxias do Sul; Universidade Católica de Pelotas; Universidade de Passo Fundo; Universidade de Santa Cruz do Sul e Universidade Franciscana em Santa Maria) e cinco na modalidade de ensino à distância. Seis UFAS se encontram em processo de extinção do curso: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (Campus de São Luiz Gonzaga e Frederico Westphalen); Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Faculdade

ECOAR – FAECO (Passo Fundo); Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul (Garibaldi) e Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre.

Os cursos de Serviço Social na modalidade à distância surgiram no RS, a partir do ano de 2007, acompanhando a implantação dessa modalidade em todo o território nacional e que foi autorizada pelo órgão regulador no ano de 2004, tendo iniciado na área no ano de 2006. Com relação à abrangência territorial dessa modalidade de ensino, foram identificadas 136 cidades com polos de educação à distância no RS, o que corresponde a 27,3% do total de quatrocentos e noventa e sete municípios existentes no mesmo (E-MEC, 2016).

Atualmente, a geografia dos cursos de Serviço Social no RS pode ser visualizada do seguinte modo:

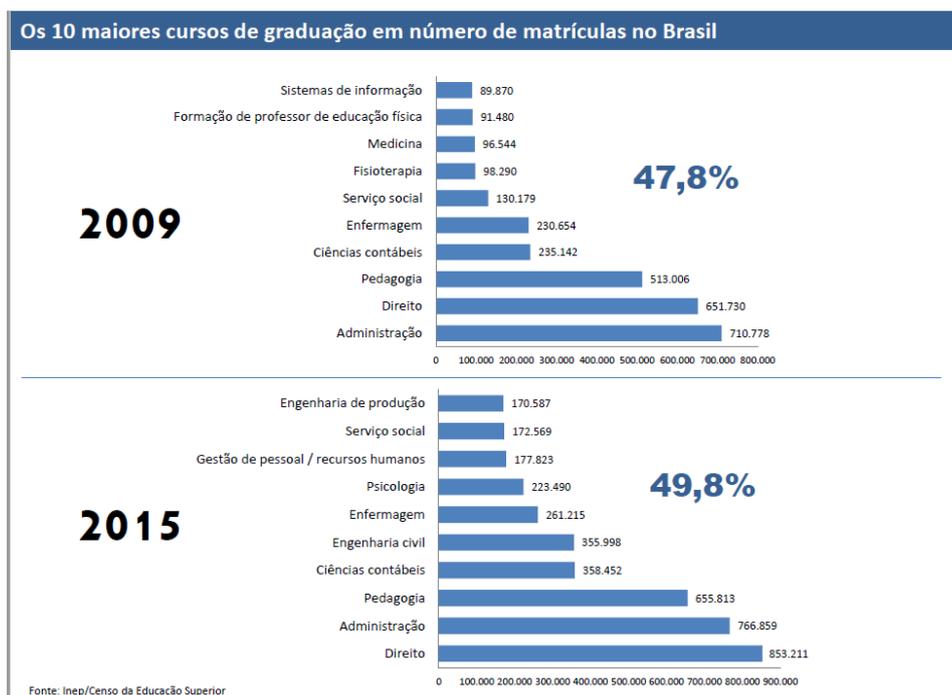
Quadro 1: Mapa com a identificação do número de UFAS por natureza, modalidade de ensino e status de funcionamento do curso

DESCRIÇÃO DA UFA	NÚMERO
UFAS em atividade	18
UFAS presencias em atividade	13
UFAS ensino à distância em atividade (136 municípios com polos)	5
UFAS com o curso extinto e/ou em extinção	6

Fonte: Equipe de Pesquisa (2018).

O quadro 1 já indica importantes alterações nessa geografia, uma vez que evidencia o processo dialético de expansão/extinção dos cursos no RS (até o início do século XX, eram menos de dez UFAS). Com relação à expansão do curso, a mesma se evidencia, também, na realidade nacional, tendo em vista que o período posterior à autorização e, conseqüente, oferta massiva da modalidade de ensino à distância, fez com que entre os anos de 2009 e 2015, o curso ficasse posicionado entre os dez mais procurados em todo o país, conforme se visualiza no gráfico a seguir:

Gráfico 1: 10 Cursos com maior número de matrículas no Brasil (2009 e 2015)



Fonte: INEP (2016)

É sabido que, antes desta modalidade de ensino, o curso de Serviço Social não era um dos mais procurados pelos candidatos ao ensino superior, o que nos faz indagar acerca das mudanças que se processaram para que essa motivação se alterasse. Três aspectos podem explicar tais mudanças e, neste artigo, elas ainda são consideradas como hipóteses a serem confirmadas em outras pesquisas, a saber: 1) a expansão das políticas de acesso a este ensino seja pela via das vagas em UFAS públicas ou privadas, seja pela incidência da modalidade do ensino à distância; 2) o agravamento da Questão Social brasileira e/ou o respectivo investimento estatal em políticas sociais, com a consequente ampliação do mercado de trabalho para a profissão, no período 2003 a 2016 e 3) o avanço do conservadorismo que recruta quadros da sociedade para atuar na profissão.

Diante dessa conformação nacional, obviamente que a expansão nesta oferta impactou na formação dos assistentes sociais gaúchos, com destaque para a implantação dos cursos públicos (três) e dos cursos na modalidade do ensino à distância. No entanto, ao mesmo tempo em que essa expansão se deu,

se constatou uma fragilização na realidade dos cursos privados, o que se pode verificar na figura 1 com o significativo número de cursos sendo extintos no RS.

Com relação ao número de alunos em formação, dados informados por sete UFAS do RS, mediante contato da equipe de pesquisa, declararam que possuem 876 alunos em formação, sendo 346 em UFAS privadas e 530 alunos em UFAS federais. Quanto ao número de estudantes em UFAS privadas, sabe-se que ele pode ser maior, pois os polos das cinco instituições que ofertam este ensino, ainda que não disponibilizem informações acerca deste quantitativo, o número de polos nos municípios gaúchos e o número de registros junto ao Conselho Regional de Serviço Social desta região já indicam que este número é bem superior.

Quanto à formação, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, o RS possui três Programas, sendo dois localizados na capital: PUCRS (Mestrado e Doutorado) e UFRGS (Mestrado) e um no interior, na cidade de Pelotas: UCPEL (Mestrado e Doutorado). O primeiro é o mais antigo e pioneiro na região, tendo sido criado em 1977 com área de concentração em Serviço Social, Políticas e Processos Sociais e conta com uma equipe de treze professores. O segundo (UFRGS), foi criado em 2015, com área de concentração em Política Social e Serviço Social e conta com uma equipe de doze professores. O curso da UCPEL foi criado em 2006, com área de concentração em Política Social e conta com uma equipe de onze professores.

Com relação à socialização da produção de conhecimento da área no RS, se destaca a presença de dois importantes periódicos que se vinculam aos Programas de Pós-Graduação: a Revista Textos e Contextos (PUCRS), criada em 2002, com Qualis A2. E a Revista Sociedade em Debate (UCPEL), criada em 1995, com Qualis B2. Ambas estão disponíveis *on line*, o que facilita o acesso e a leitura dos interessados, além de se constituírem em importantes canais de atualização dos profissionais.

No que se refere à produção de conhecimentos acerca da formação dos assistentes sociais do RS, foi realizado o mapeamento das produções junto aos três Programas de Pós-Graduação localizados no estado. Para tanto, foi acessado o Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações

(<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/15>) e no repositório da UFRGS (<http://www.lume.ufrgs.br>), bem como nos referidos periódicos e livros a que se teve acesso. Nestas fontes foram mapeadas dezesseis produções, no período que abrangeu os anos de 2000 a 2018, sendo quatro artigos em revistas; dois artigos em livro; quatro Dissertações de Mestrado e seis Teses de Doutorado. Este material está em fase de sistematização e será socializado em artigos posteriores.

Um último dado importante sobre a conformação da formação no RS se refere à filiação das UFAS na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Conforme pesquisa feita em seu site (<http://www.abepss.org.br/mapa-academico.html>) em julho de 2018 foram identificadas quarenta e uma UFAS filiadas em todo o Brasil, sendo que das nove que fazem parte da Região Sul I, cinco se encontram no RS (UFRGS, PUCRS, UNISINOS, UNISC e UCS).

O conjunto de dados indicados neste item nos permite constatar que a formação em Serviço Social no RS passou por um processo de profundas alterações em um espaço curto de tempo, considerando as décadas de existência da mesma neste território. Evidentemente que elas se relacionam, diretamente, com o processo de ampliação da participação privada no ensino, sendo novidade a oferta massiva de vagas na modalidade do ensino à distância que vem gerando, progressivamente, a extinção de cursos privados de larga tradição no estado. Por outro lado, há que se saudar a implantação dos cursos públicos que se localizam em territórios estratégicos no estado (capital, centro e fronteira sul), bem como dos três Programas de Pós-Graduação que poderão se constituir em espaços de resistência a esse processo que privatiza, precariza e desqualifica o ensino na área.

Diante desta realidade da formação na área, impõe-se a aproximação com o trabalho dos assistentes sociais em face da conformação e particularidade do território gaúcho, solo em que atuamos, pesquisamos e militamos.

#### **4. O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO RIO GRANDE DO SUL: APROXIMAÇÕES COM O MERCADO DE TRABALHO E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL**

Entre a População Economicamente Ativa (PEA) do RS, segundo dados da FEE (2018), os trabalhadores que possuem nível superior completo e se encontram empregados com carteira assinada totaliza quatrocentos e noventa e sete mil pessoas, o que equivale a 16,1% do total dos trabalhadores gaúchos.

Quanto ao mercado de trabalho dos assistentes sociais que fazem parte desse coletivo de trabalhadores, empreendeu-se um mapeamento, a partir do monitoramento de oferta de vagas de trabalho no RS, entre janeiro e junho de 2018, em fontes como editais e sites de vaga de emprego. Nesse período, foram mapeadas 51 vagas ofertadas (34 em instituições públicas e 17 em instituições privadas) que podem ser distribuídas nas principais políticas que, historicamente, empregam os profissionais, a saber: 67% assistência social, 21% saúde e 12% educação. No que se refere às principais exigências para o exercício do cargo, se destaca a solicitação dos requisitos mínimos na maioria das vagas: graduação na área e registro no Conselho profissional. Observação, ainda, para a denominação do cargo como Analista ou Técnico Social (com possibilidade da vaga ser disputada com profissionais com formação em Pedagogia ou Psicologia) e para o curso como de Assistência Social, o que já denota a confusão que, ainda, prevalece no mercado acerca da identidade da profissão.

Ao nos debruçarmos na descrição das vagas, fomos surpreendidos pela presença de atribuições que se reportam a períodos históricos anteriores ao contemporâneo, com forte presença de concepções positivistas e conservadoras do trabalho profissional, bem como dos usuários e das políticas sociais que antecedem a própria Constituição de 1988. Atividades relacionadas ao início do Serviço Social expressas na terminologia inquérito, diagnóstico, tratamento, intervenção psicossocial, atendimento terapêutico foram identificadas em várias vagas, como se indica a seguir:

“(...) planejar e promover inquéritos sobre a situação social de escolares e suas famílias; fazer triagem dos casos apresentados para estudo ou encaminhamento; estudar os antecedentes da família; participar de seminários; orientar os pais, em grupos ou individualmente, sobre o tratamento adequado; orientar nas seleções socioeconômicas para a concessão de bolsas de estudo e outros auxílios do município; selecionar candidatos a amparo pelos serviços de assistência à velhice, à infância abandonada, a cegos, etc.; fazer levantamentos socioeconômicos com vistas a planejamento habitacional, nas comunidades; pesquisar problemas relacionados com a biometria médica; planejar modelos de formulários e supervisionar a organização de fichários e registros dos casos investigados; prestar serviços em creches, centros de cuidados diurnos de oportunidades e sociais; executar tarefas afins” (Vaga ofertada em abril de 2018).

“Realizar diagnóstico e intervenção psicossocial em nível individual, grupal e comunitário. Realizar trabalho preventivo de educação e saúde. Organizar formulários que permitam registrar e arquivar a pesquisa de casos investigados. Manter organizado o ambiente em que atuar” (Vaga ofertada em março de 2018).

“Administrar e prestar diretamente serviços terapêuticos preventivos e promocionais a indivíduos, grupos e comunidades que apresentem disfunções sociais, implantando melhor adequação do equipamento social; implementar condições favoráveis a promoção humana nos sistemas sociais de comunicações e de instituições; realizar terapia psicossocial individual, familiar e grupal; executar trabalhos educativos promocionais com pequenos ou grandes grupos” (Vaga ofertada em março de 2018).

“Acompanhamento de eventuais problemas de ordem social; Condução de campanhas ou de eventos para atendimento às necessidades psicossociais dos servidores” (Vaga ofertada em maio de 2018).

“Prestar serviço de âmbito social a indivíduos ou grupos em tratamento de saúde física ou mental, identificando e analisando seus problemas e necessidades materiais, psíquicas e de outra ordem, aplicando os processos básicos de serviço social, para facilitar a recuperação do cliente e promover sua reintegração ao meio social, familiar e de trabalho” (Vaga ofertada em junho de 2018).

Vagas com conteúdo moralizante, assentadas numa perspectiva de controle e investigação da pobreza (dos sujeitos individuais, coletivos e grupos familiares) também foram identificadas, como ilustra a vaga a seguir:

“Realizar investigações sobre situação moral e financeira de pessoas que desejarem receber ou adotar crianças; manter contato com a família legítima e a substituta, fazer levantamentos socioeconômico com vistas a planejamento habitacional nas comunidades” (Vaga ofertada em abril de 2018).

Igualmente concepções ultrapassadas e conservadoras da condição de vida dos sujeitos foram descritas de modo contrário à própria legislação vigente, mas que traduzem uma concepção de sujeito social, a saber:

“(...) prestar assistência a condenados por delito ou contravenção, bem como a suas respectivas famílias; promover a reintegração dos condenados a suas famílias e na sociedade; executar outras tarefas correlatas” (Vaga ofertada em abril de 2018).

“(...) promover o recolhimento de crianças abandonadas” (Vaga ofertada em abril de 2018).

Chamou a atenção da equipe de pesquisa que numa das vagas a descrição do cargo se refere ao trabalho do pedagogo, mas cuja requisição era pelo assistente social, o que traduz o desconhecimento da identidade profissional como se indica a seguir:

“Acompanhar os educadores no planejamento, execução e avaliação das atividades; Estimular os educadores a desenvolverem com entusiasmo suas atribuições; Relacionar-se com a rede de atendimento e as escolas que recebem os atendidos; Cuidar dos registros e documentos relativos ao acompanhamento pedagógico; Auxiliar na construção do PPP e zelar pelo seu cumprimento; Organizar, juntamente com a equipe, eventos, promoções e formações; Organizar o programa de oficinas pedagógicas da instituição” (Vaga ofertada em abril de 2018).

Diante dessa descrição das vagas, elencamos algumas hipóteses que explicariam as mesmas: a) descrição da profissão que consta na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO); b) incidência da perspectiva conservadora da profissão. Acerca da primeira hipótese, ao nos reportarmos à CBO encontramos o seguinte registro acerca das atribuições dos assistentes sociais:

“Prestam serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejam, coordenam e avaliam planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras), atuando nas esferas pública e privada; orientam e monitoram ações em desenvolvimento, relacionados à economia doméstica, nas áreas de habitação, vestuário e têxteis, desenvolvimento humano, economia familiar, educação do consumidor, alimentação e saúde; desempenham tarefas administrativas e articulam recursos financeiros disponíveis” (CBO, 2018).

O registro da CBO, ainda que tenha sido revisado em 2002, conserva atribuições e competências de períodos anteriores da profissão, o que pode explicar a descrição dos cargos que consta nas vagas ofertadas pelo mercado de trabalho gaúcho. Diante disto, se indica a necessidade do órgão de representação da categoria profissional se mobilizar para alterar essa descrição na referida Classificação, a fim de atualizá-la em consonância com a Lei de Regulamentação e o Projeto Ético-Político da profissão. Acerca da segunda hipótese, a simples descrição das vagas, em pleno ano de 2018, confirma uma reatualização da face identitária mais conservadora e arcaica da profissão que se coloca na contramão de toda a construção histórica, teórica, metodológica, ético e política que foi feita pela mesma a partir da década de 1960.

Com relação à organização da categoria nas suas instâncias representativas, é importante sublinhar que o Conselho Regional de Assistentes Sociais - CRAS (10ª Região) foi criado em 1963, na sede do Sindicato dos Assistentes Sociais de Porto Alegre (SASPA). Em seguida, foram criadas as delegacias – atualmente, chamadas de seccionais – de Pelotas (1971) e Caxias do Sul (1985).

Em 2006, foram criados os NUCRESS, em observância à Resolução do CFESS nº 470, de 13 de maio de 2005, que no parágrafo 2º do artigo 6º, determina a criação de espaços descentralizados de articulação e organização dos/as assistentes sociais, com a intenção de promover a interiorização e democratização da gestão pública dos CRESS. O RS possui vinte e sete núcleos que fazem parte da política de descentralização e interiorização do Conselho. Em evento da categoria, realizado em maio de 2018, o referido CRESS informou que são 11.550 profissionais inscritos nesta região e, ainda, deste contingente 30% deles se encontra inadimplente, o que torna mais complexa a tarefa de operacionalizar o plano de ação do mesmo, tendo em vista as restrições orçamentárias que tal inadimplência causa para a entidade.

Por fim, ainda para configurar o trabalho, em que pese à deliberação da profissão, há alguns anos, optar pela extinção dos seus sindicatos, o RS ainda mantém um deles. O estado foi pioneiro na criação da primeira entidade sindical dos Assistentes Sociais, registrada no Brasil no ano de 1958, mas não

acompanhou a deliberação nacional, o que torna a categoria, do nosso ponto de vista, mais fragmentada e dividida, o que gera disputas e tensionamentos no próprio interior da categoria profissional, comprometendo a sua unidade e organicidade.

## **5. CONCLUSÃO**

Ao término deste artigo que objetivou analisar os impactos da conjuntura brasileira na formação e no trabalho dos assistentes sociais no RS, tendo como pressuposto que os determinantes conjunturais postos à formação, em face das políticas de educação superior, vêm rebatendo na conformação das UFAS e, igualmente, no trabalho profissional. Este último se encontra, fortemente, marcado pela crise conjuntural que vive a sociedade brasileira e que impacta, diretamente, no trabalho na área.

A fim de confirmarmos este pressuposto, empreendemos um movimento alicerçado em uma pesquisa empírica, documental e bibliográfica que nos permitiu constar o seguinte:

- no âmbito da formação, se constatou a forte presença das UFAS privadas, com destaque para as que ofertam o curso na modalidade do ensino à distância, com presença em quase 30% do território gaúcho. Igualmente se destaca a presença de três UFAS públicas federais que foram implantadas num intervalo de tempo menor do que dez anos, fato inédito na realidade do estado que, por sessenta e um anos, só ofertou vagas privadas para o curso. A novidade (que causa preocupação), além dos cursos públicos e à distância, fica por conta da extinção e/ou diminuição do número de alunos nas UFAS privadas, tornado o cenário da formação no RS bastante problemático;

- no âmbito do trabalho, chama a atenção o aumento no contingente profissional, fruto da expansão de vagas públicas e privadas, bem como da baixa oferta de vagas, tendo como parâmetro o mapeamento realizado nos seis primeiros meses do ano corrente, o que pode estar indicando a retração no mercado de trabalho. Lamentavelmente, não dispomos dos dados acerca do desemprego na área, o que será buscado nas etapas seguintes desta pesquisa.

Mas o destaque principal fica por conta da descrição das vagas para a área marcadas, fortemente, por atribuições de períodos anteriores ao contemporâneo, revelando perspectivas conservadoras e positivistas do exercício profissional.

Concluimos que a conjuntura atual, nela contida os desafios que se colocam para o Serviço Social na particularidade do RS, são equivalentes aos do Brasil e que as pesquisas que se propõem a acompanhar os mesmos e contribuir com a construção das estratégias da categoria profissional são fundamentais para a garantia do projeto profissional e da qualidade da formação e do trabalho na área.

## REFERÊNCIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Mapa das UFAS filiadas**. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/mapa-academico.html>>.

BULLA, Leonia Capaverde. O contexto histórico da implantação do Serviço Social no Rio Grande do Sul. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre: PUCRS, v. 7, n. 1, p. 3-22, jan/jun. 2008.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES – CBO. **Descrição do Cargo de Assistente Social**. 2002. Disponível em: <<http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/251605-assistente-social>>.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS ) 10ª Região. **Manifestação pública**. Disponível em: <[http://www.cressrs.org.br/arquivos/n\\_noticias/Audi%C3%AAncia%20P%C3%BAblica%20Frente%20SUAS%2020.11.pdf](http://www.cressrs.org.br/arquivos/n_noticias/Audi%C3%AAncia%20P%C3%BAblica%20Frente%20SUAS%2020.11.pdf)>.

\_\_\_\_\_. **Carta 12 EGAS**. Disponível em: <[http://www.cressrs.org.br/arquivos/n\\_noticias/cartas-12-egas-2018.pdf](http://www.cressrs.org.br/arquivos/n_noticias/cartas-12-egas-2018.pdf)>.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL. Dados socioeconômicos do RS. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/estado>>.

INEP. **Censo da Educação Superior 2015**. Brasília, 2016. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/apresentacao/2015/Apresentacao\\_Censo\\_Superior\\_2015.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2015/Apresentacao_Censo_Superior_2015.pdf)>.

JOÃO, Faustino; Clemente, Elvio. **História da PUCRS**. Vol. 1. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

LAZZARI, Martinho. **Perspectivas para a economia gaúcha em 2018**. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/article/perspectivas-para-a-economia-gaucha-em-2018>>.

OLIVEIRA, Lívio Luiz Soares. A expansão das Instituições de Ensino Superior do RS na capital e no interior. **Carta de Conjuntura**, Porto Alegre: FEE, ano 25, n. 4, 2016.

PÁGES, Max; BONETTI, Michel ; GAULEJAC, Vicent de. **O poder das organizações**. São Paulo: Atlas, 1990.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB). **Uma ponte para o futuro**. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>.

SINDICATO DAS MANTENEDORAS DO ENSINO SUPERIOR (SEMESP). **Mapa do Ensino Superior no Brasil**, 2015. Disponível em: <<http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>>.

VILLAR, Véra Lúcia Carvalho. **Formação em Serviço Social**: a implantação do curso em universidades públicas federais do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado)-PUCRS, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6103/2/470061%20-%20Texto%20Completo.pdf>>.